

2 fevereiro 2026

Original: inglês

**P**

**Relatório da 5ª reunião do Comitê  
Conjunto realizada em 17 de setembro de  
2025**

|  |    |
|--|----|
| Item 1: Ordem do dia provisória.....   | 1  |
| Item 2: Procedimentos para a apresentação e avaliação de propostas.....                | 2  |
| Item 3: Relatórios da 2ª, 3ª e 4ª reuniões do Comitê Conjunto.....                     | 5  |
| Item 4: Relatório sobre o cumprimento do requisito de fornecer dados estatísticos..... | 6  |
| Item 5: Proposta para melhorar a capacidade estatística dos Membros da OIC.....        | 8  |
| Item 6: Status de implementação do Plano de Ação Quinquenal.....                       | 14 |
| Item 7: Outras atualizações e outros assuntos .....                                    | 18 |
| Item 8: Próximos passos e próxima reunião.....   | 18 |

**RELATÓRIO DA 5.ª REUNIÃO DO COMITÊ CONJUNTO  
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2025**

1. Este relatório apresenta as discussões e recomendações da 5ª reunião do Comitê Conjunto (CC), realizada em 17 de setembro de 2025 e presidida pelo Sr. Zoltan Agai, da UE-Comissão Europeia.
2. Representantes dos seguintes Membros estavam presentes através do software Zoom:
  - (a) Membros exportadores: Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, El Salvador, Filipinas, Honduras, Madagascar, México e Togo; e
  - (b) Membros importadores: Suíça e União Europeia.
3. O Presidente iniciou a reunião agradecendo à Secretaria e dando as boas-vindas a todos os delegados. Ele então convidou a Diretora Executiva da Organização Internacional do Café (OIC), Dra. Vanússia Nogueira, para fazer seu discurso de abertura.
4. A Diretora Executiva deu as boas-vindas a todos os participantes, observando a extensa ordem do dia, que incluía vários tópicos que já haviam sido discutidos em reuniões anteriores e para os quais eram esperadas conclusões, bem como os relatórios que seriam apreciados e notados durante a reunião.
5. A Diretora Executiva agradeceu ao Presidente por presidir o CC ao longo do ano. Ela também expressou gratidão ao Presidente do Conselho Internacional do Café (CIC), o Sr. Tom Fabozzi, por participar da reunião, e reconheceu a presença de ex-Presidentes do CIC, incluindo S. Ex.ª o Embaixador Ivan Romero e o Sr. Max Fabian. Ela agradeceu a todos pelo apoio e colaboração contínuos.
6. O Presidente agradeceu à Diretora Executiva por suas observações e solicitou a confirmação do quórum.
7. A Chefe de Operações confirmou que o quórum havia sido atingido, com dois Membros importadores – a União Europeia e a Suíça – e mais de dois Membros exportadores.
8. O Presidente pediu aos delegados que realizassem suas intervenções da forma mais breve possível devido à extensa ordem do dia e observou que todos os documentos haviam sido circulados com antecedência, dando aos Membros a oportunidade de consultá-los e revisar as contribuições escritas uns dos outros. O Presidente agradeceu a todos os ilustres Membros que apresentaram contribuições antecipadamente.

**Item 1: Ordem do dia provisória**

9. O Presidente apresentou a ordem do dia provisória (documento [JC-18/25](#)), que incluía: três relatórios sobre as reuniões anteriores; o relatório sobre o cumprimento do requisito de fornecer dados estatísticos; a proposta para melhorar a capacidade estatística dos Membros da

OIC; os procedimentos para a apresentação e avaliação de propostas; e o status de implementação do Plano de Ação Quinquenal. Ele mencionou que este último ponto tinha aparecido na ordem do dia da reunião anterior, mas ainda não tinha sido discutido devido às limitações de tempo.

10. O Presidente convidou os Membros a adotar a ordem do dia ou a comentar caso tivessem observações.

11. O delegado do Brasil propôs que o CC movesse o item 5 (“Procedimentos para a apresentação e avaliação de propostas para iniciativas da OIC”) para o início da ordem do dia, pois esse tópico estava em análise desde a segunda reunião do CC e o texto já havia sido revisado várias vezes. O delegado do Brasil afirmou que seria altamente benéfico concluir a avaliação deste tópico na presente reunião.

12. O Presidente agradeceu ao delegado do Brasil e perguntou se algum outro delegado tinha objeções a essa proposta. Não tendo visto mãos levantadas, o Presidente confirmou que o CC havia adotado a ordem do dia modificada. Ele esclareceu que, por conseguinte, o item 5 passaria a ser o segundo item da ordem do dia.

## **Item 2: Procedimentos para a apresentação e avaliação de propostas**

13. O Presidente lembrou que os procedimentos já haviam sido discutidos na 4ª reunião do CC com base em contribuições escritas anteriores, notadamente da delegação do Brasil. Ele convidou a Chefe de Operações a apresentar o documento [JC-13/25 Rev. 1](#) e fazer uma breve apresentação das revisões.

14. A Chefe de Operações agradeceu ao Presidente e afirmou que o documento havia evoluído e que não deveria mais ser “notado”, mas “recomendado” ao Conselho, se apropriado. Ela começou a apresentação com o seguinte esboço do processo e afirmou que os procedimentos haviam sido adaptados para refletir as contribuições e feedback recebidos dos Membros:

- (a) As propostas seriam feitas pela Diretora Executiva e pelos Membros.
- (b) Uma vez enviadas, haveria um período para que todos os Membros revisassem o conteúdo traduzido de cada proposta e para que o CC determinasse se a proposta estava alinhada com a(s) área(s) temática(s) a ser(em) abordada(s).
- (c) Com base na revisão, a proposta seria enviada para aprovação do CIC na Sessão de Outono. Se aprovado, um plano detalhado seria elaborado para aprovação pelo CC.

- (d) Por fim, os resultados seriam produzidos, o que poderia assumir a forma de um relatório, análise ou produto, que precisaria ser aprovado novamente antes da disseminação.
15. A Chefe de Operações forneceu mais detalhes em relação à sessão de primavera do CIC:
- (a) Todas as propostas apresentadas ao CC ou ao Conselho durante a sessão da primavera entrariam num processo de consulta.
  - (b) Após o envio, as propostas seriam primeiro enviadas para tradução, com um prazo separado alocado para garantir alta qualidade.
  - (c) Então, haveria um período de consulta de seis semanas, com duração até o final de maio, permitindo que todos os delegados e Membros consultem as partes interessadas em seus respectivos países.
  - (d) A Secretaria então compilaria todos os comentários recebidos sobre as propostas e os traduziria, para que todos os Membros tivessem novamente o mesmo acesso aos comentários e para permitir um bom diálogo.
  - (e) Posteriormente, as propostas, juntamente com os comentários, seriam discutidas no CC, em uma ou várias reuniões. Esta fase ocorreria entre o final de junho e, no mais tardar, três semanas antes da sessão de outono do CIC.
16. A Chefe de Operações então forneceu os seguintes detalhes em relação à sessão de outono do CIC:
- (a) A Secretaria apresentaria um plano de trabalho que refletisse a(s) iniciativa(s) e as áreas temáticas propostas pelo CC. Nessa fase, a aprovação do CIC seria solicitada sobre "o que" seria realizado.
  - (b) O foco passaria então para o "como". A Secretaria, sob a liderança da Diretora Executiva, elaboraria os detalhes da implementação. Isso incluiria os objetivos, as implicações orçamentárias e a abordagem prática a ser adotada para a(s) iniciativa(s).
  - (c) Essas propostas detalhadas seriam então enviadas ao CC em todas as quatro línguas oficiais.
  - (d) Um período de consulta adicional de seis semanas viria a seguir, garantindo novamente o mesmo acesso, tempo e oportunidade para os Membros consultarem as partes interessadas.

- (e) Em janeiro, o CC realizaria discussões para determinar se havia um acordo sobre como a(s) iniciativa(s) seriam implementadas.
- (f) Uma vez que este acordo tivesse sido alcançado, a implementação da(s) iniciativa(s) começaria.

17. A Chefe de Operações reiterou que, antes de qualquer divulgação ou discussão externa de qualquer produto, seria necessária a aprovação do CC.

18. O Presidente agradeceu à Chefe de Operações e expressou apreço à Secretaria pela preparação do documento revisado. Ele observou que, embora os procedimentos parecessem um pouco longos, eles também eram extremamente bem-estruturados e precisos em várias etapas. Ele manifestou esperança de que isso fornecesse uma boa base para aprovação. Em seguida, o Presidente abriu a palavra para comentários dos Membros.

19. O delegado do Brasil agradeceu ao Presidente e solicitou que a Secretaria mostrasse o documento [JC-13/25, Rev. 1](#) na tela para facilitar as observações que pretendia fazer. O delegado do Brasil afirmou que a delegação brasileira desejava propor três pequenas alterações no texto do documento:

- (a) Primeiro e segundo, o delegado do Brasil sugeriu incluir referências específicas aos parágrafos relevantes dos Termos de Referência (TdR) do Comitê Conjunto e ao Artigo 34 do Acordo Internacional do Café (AIC) de 2007. O delegado observou que o primeiro parágrafo deveria afirmar "*De acordo com o **parágrafo 2 dos Termos de Referência...***" e que o segundo parágrafo deveria afirmar "*De acordo com o **parágrafo 4 do Artigo 34 do Acordo Internacional do Café (AIC) de 2007.***" Ele explicou que essas adições, na visão da delegação do Brasil, ajudariam os leitores a identificarem as fontes específicas referenciadas.
- (b) Em terceiro lugar, o delegado do Brasil propôs a supressão da última frase do primeiro parágrafo, que dizia: "*Nesse contexto, quando traduzidos em ações concretas, tais "questões" deverão ser denominadas iniciativas*". Afirmou que, na visão da delegação brasileira, esta oração introduzia uma definição que não constava nem no AIC de 2007 nem nos TdR do CC (documento [ICC-136-11](#)). Especificamente, o delegado do Brasil observou ainda que o termo "iniciativa" não aparecia nesses documentos, nem nos TdR para comitês e órgãos consultivos da OIC (documento [ICC-115-13](#)). Além disso, indicou que a delegação do Brasil não estava preparada para concordar com a afirmação proposta, pois reduzia o escopo e as possíveis interpretações do termo "questões". O delegado do Brasil observou que a expressão "todas as questões", encontrada nos TdR do CC e negociada pelos Membros, poderia ser entendida como abrangendo comentários, recomendações,

moções, repúdios, diligências e outras ações ou alternativas possíveis, e também poderia incluir temas e tópicos que os Estados-Membros considerassem de interesse para o setor cafeeiro. Nesse contexto, observou que a definição “reducionista” de “toda as questões” como meras “iniciativas” parecia entrar em conflito com a interpretação prevista no primeiro parágrafo do Anexo I do documento [JC 13/25 Rev. 1](#) (“*estudos, pesquisas, relatórios e projetos (doravante denominados “iniciativas”*”). O delegado do Brasil expressou que a remoção da definição proposta não afetaria o propósito ou os resultados do exercício destinado a definir procedimentos para a apresentação e avaliação de propostas pelo CC.

20. A Secretaria exibiu a versão Word do documento, com as revisões destacadas em vermelho para transparência.

21. O Presidente perguntou se as alterações da delegação do Brasil se estendiam à definição do Anexo I do documento [JC-13/25 Rev.1](#).

22. O delegado do Brasil confirmou que sua delegação concordava com a definição do Anexo I, que deveria permanecer como estava escrita, e esclareceu que apenas a frase final do primeiro parágrafo deveria ser excluída.

23. A delegada de El Salvador acolheu a proposta e considerou-a um bom passo para dar maior importância às contribuições e iniciativas dos Membros, permitindo assim que a Organização concentrasse os seus recursos em áreas prioritárias identificadas por seus próprios Membros. Ela acrescentou que El Salvador concordava com as propostas feitas pela delegação brasileira.

24. O Presidente agradeceu à delegada de El Salvador e, não observando objeções, concluiu que havia sido alcançado um consenso. Ele anunciou que o Comitê apresentaria a versão revisada do documento para aprovação do Conselho<sup>1</sup>. O Presidente felicitou a Secretaria e os Membros por terem chegado a um acordo, observando que os procedimentos estavam sob revisão desde a segunda reunião do CC.

**Item 3: Relatórios da 2ª, 3ª e 4ª reuniões do Comitê Conjunto**

25. O Presidente apresentou o ponto seguinte e agradeceu aos Membros pelos comentários sobre os relatórios, que haviam sido incorporados nas versões revisadas. O Presidente solicitou

---

<sup>1</sup> A versão revisada foi posteriormente distribuída como documento [JC-13/25 Rev. 2](#).

à Secretaria que esclarecesse quais documentos estavam sendo discutidos, uma vez que várias referências estavam sendo mostradas na tela.

26. A Diretora Executiva confirmou que as versões revisadas dos relatórios, documentos [JC-09/25 Rev. 1](#), [JC-15/25 Rev. 1](#) e [JC-17/25 Rev. 1](#), incorporavam todos os comentários que haviam sido recebidos da delegação do Brasil e poderiam ser aprovadas se não houvesse objeções.

27. O Presidente agradeceu à Diretora Executiva pelo esclarecimento. Como nenhuma objeção foi levantada, ele aprovou os relatórios em nome do Comitê.

28. O Presidente mais uma vez agradeceu à delegação do Brasil por seus comentários sobre os relatórios.

**Item 4: Relatório sobre o cumprimento do requisito de fornecer dados estatísticos**

29. O Presidente observou que o relatório sobre o cumprimento do requisito de fornecer dados estatísticos ([JC-19/25](#)) tinha que ser revisado pelo Comitê antes de ser recomendado ao Conselho para aprovação. Ele lembrou que o relatório anterior datava de fevereiro de 2024 e que as pontuações de cumprimento seguiam uma determinada metodologia. O Presidente convidou a Chefe de Operações a apresentar o relatório.

30. A Chefe de Operações agradeceu ao Presidente e explicou que as pontuações de cumprimento refletiam as regras e requisitos estabelecidos nos Regulamentos de Estatística sobre Certificados de Origem ([ICC-102-9 Rev. 5](#)) e Relatórios Estatísticos ([ICC-102-10](#)). Ela esclareceu que as pontuações eram usadas para avaliar até que ponto os países haviam cumprido esses requisitos.

31. A Chefe de Operações afirmou que as pontuações mediam a pontualidade e a integridade das informações enviadas pelos Membros. Ela explicou que cada Membro importador e exportador era obrigado a enviar informações sobre várias categorias (11 para países exportadores e cinco para países importadores). A Chefe de Operações acrescentou que estas incluíam informações relacionadas a certificados de origem, importações, exportações e área sob produção.

32. A Chefe de Operações afirmou que, para cada categoria, cada país recebia uma pontuação, a depender das informações terem sido enviadas a tempo ou não. Por exemplo, se a informação tinha sido enviada no prazo, a pontuação de pontualidade era “um”; se não tinha sido enviada ou enviada tardiamente, a pontuação era “zero”. Com base nessa metodologia, ela explicou que as pontuações mensais poderiam ser calculadas por categoria e por país e que as pontuações eram então agregadas para calcular uma pontuação média por país. A Chefe de Operações também observou que as pontuações poderiam ser agregadas entre todos os Membros para calcular uma

pontuação média para um determinado mês ou ano e que a pontuação final era calculada como uma média e depois multiplicada por 100.

33. A Chefe de Operações afirmou que um dos desafios era que as comparações ano a ano eram difíceis, pois o número de Membros que enviavam informações poderia variar de um ano para outro. Ela explicou que, portanto, isso deveria ser observado ao comparar as pontuações de cumprimento ao longo dos anos, embora a Secretaria possa lidar com isso em sua análise.

34. A Chefe de Operações referiu-se ao período de referência coberto pelo documento, nomeadamente de 1º de agosto de 2024 a 1º de agosto de 2025. Ela explicou que as pontuações médias incluíam países que não haviam enviado nenhuma informação, que, portanto, receberam uma pontuação zero e reduziram a média geral. A Chefe de Operações observou que, para os países exportadores, a pontuação média diminuiu de 28,4 para 27,1, enquanto a pontuação média para os países importadores foi de 68 para todos os países e todas as categorias de informação do ano.

35. A Chefe de Operações observou que pontuações mais altas haviam sido observadas para informações relacionadas a importações e exportações, enquanto algumas outras categorias haviam apresentado pontuações muito baixas e, em alguns casos, haviam diminuído. Ela também observou que, dos 19 países exportadores que haviam apresentado informações, cinco haviam fornecido dados incoerentes que não podiam ser conciliados e que não eram úteis.

36. A Chefe de Operações mostrou o número de Membros que haviam apresentado informações. Para os Membros exportadores, haviam sido recebidas informações de 19 países, um aumento em relação aos 17 do período anterior. Para os Membros importadores, haviam sido recebidas informações de 34 países, incluindo os Estados-Membros da União Europeia, em comparação com 33 anteriormente.

37. A Chefe de Operações explicou que, se a análise fosse limitada apenas aos Membros que enviaram informações - excluindo zeros, portanto - as pontuações aumentariam para uma pontuação média de 63,1 para os países exportadores e 70 para os países importadores. Ela observou novamente que o nível de cumprimento para as categorias de importações e exportações foi muito maior, chegando a ser de 80 a 85 para os países exportadores que haviam apresentado informações.

38. A Chefe de Operações observou ainda que, embora mais Membros estivessem enviando informações, incluindo mais países exportadores importantes, a pontuação geral de cumprimento havia diminuído mesmo assim porque novos Membros que enviavam informações e remetentes já existentes estavam apresentando seus dados de maneira menos tempestiva ou regular e também estavam omitindo algumas das categorias que haviam relatado anteriormente.

39. A Chefe de Operações referiu-se aos métodos de medição do cumprimento, observando que esse não era o foco principal da apresentação. Ela explicou que algumas das informações solicitadas eram sensíveis e ligadas à concorrência, acrescentando que isso costumava ser menos sensível no passado, quando o setor cafeeiro sofria mais regulações. Ela observou ainda que a metodologia de cumprimento era altamente binária, o que significava que informações enviadas mesmo com um dia de atraso poderiam levar um país a ser considerado não conforme e a receber uma pontuação “zero”. Além disso, ela explicou que a qualidade dos dados não estava atualmente refletida na pontuação de cumprimento, cuja omissão também poderia explicar parcialmente as pontuações mais baixas.

40. O Presidente agradeceu à Chefe de Operações pela apresentação e abriu a palavra para perguntas ou comentários. Ele concluiu que o Comitê havia concordado em recomendar o relatório para aprovação na 140ª Sessão da CIC.

**Item 5: Proposta para melhorar a capacidade estatística dos Membros da OIC**

41. O Presidente apresentou o item seguinte da ordem do dia, sobre a melhoria da capacidade estatística dos Membros da OIC ([documento JC-20/25](#)). Ele observou que esta era a única iniciativa mantida do conjunto de sete inicialmente propostas pela Diretora Executiva, e que a versão revisada incorporava o feedback recebido dos Membros durante as reuniões anteriores. O Presidente convidou a Chefe de Operações a apresentar o documento.

42. A Chefe de Operações afirmou que, dadas as baixas pontuações de cumprimento e os pedidos dos Membros para focar nas estatísticas e na coleta e divulgação de dados básicos, a Secretaria havia elaborado a iniciativa original de apoio à capacidade dos Membros. Ela observou que a iniciativa agora estava sendo referida como “iniciativa 4, versão 2”.

43. A Chefe de Operações explicou que, como outras organizações de commodities, a OIC usava fontes de dados externas, particularmente para estatísticas comerciais, ou seja, importações e exportações. Para além destas fontes externas, ela observou que a Organização tinha um ativo específico, a saber, informações estatísticas mensais fornecidas pelos Membros. Ela acrescentou que outras organizações de commodities também coletavam essas informações, mas que, comparativamente, a OIC tinha mais acesso aos dados dos Membros, particularmente devido ao sistema de Certificados de Origem.

44. A Chefe de Operações afirmou que os dados eram fornecidos aos Membros e assinantes por meio de relatórios e do Banco Mundial de Dados Estatísticos sobre o Café, atualizado em tempo real. Ela observou que o nível de cumprimento permanecia baixo e, como resultado, esse ativo adicional não estava sendo suficientemente utilizado e poderia ser aprimorado.

45. A Chefe de Operações explicou que a receita média anual de produtos estatísticos nos últimos três anos era de aproximadamente £ 20.800 e que, para o ano cafeeiro atual, a receita poderia chegar a cerca de £ 30.000. Ela observou que a OIC tinha 56 assinantes pagantes para suas publicações e cerca de 100 assinantes que pagavam pelo acesso ao banco de dados estatísticos, além de Membros que também tinham acesso.

46. A Chefe de Operações acrescentou que o atraso dos exportadores em fornecer as informações necessárias era uma das razões para o baixo nível de cumprimento. Além disso, ela observou que as trocas com os Membros também haviam revelado os seguintes problemas:

- (a) Em alguns países, a governança dos sistemas de dados era complexa, e a autoridade sobre relatórios estatísticos recaía sobre ministérios ou agências que não eram responsáveis pelo café.
- (b) O número de pessoal em algumas das instituições relevantes eram limitados, com os funcionários enfrentando múltiplas responsabilidades.
- (c) Em vários países exportadores, a capacidade técnica precisava ser fortalecida, particularmente em relação à medição, reconciliação de dados e equilíbrio de informações.
- (d) Havia necessidade de maior digitalização. Alguns países exportadores consolidavam dados apenas a cada seis meses, enquanto as regras estatísticas da OIC exigiam relatórios mensais, o que também é considerado a frequência mais útil para os Membros e o setor privado.
- (e) Alguns pontos de dados eram de natureza sensível e, portanto, muitas vezes subnotificados pelos Membros.

47. A Chefe de Operações então se voltou para as ações prioritárias propostas para aumentar o nível de cumprimento e identificou “apoio aos Membros para a coleta e o envio de dados tempestivos e precisos” como o pilar mais substancial da iniciativa. Ela explicou que três oficinas regionais sobre estatísticas estavam sendo organizadas e que um importante “efeito colateral” era a melhoria do contato com os indivíduos e instituições responsáveis pelo fornecimento de dados estatísticos. A Chefe de Operações observou que o impacto das duas oficinas concluídas (Ásia e África) já podia ser visto e citou atualizações recentes dos Camarões, Etiópia e Tanzânia, bem como informações melhoradas da Papua Nova Guiné e compromissos com a Índia, Tailândia, Nepal e Timor-Leste. Ela acrescentou que a Secretaria pretendia continuar esses esforços estabelecendo comunidades regionais de prática, incluindo webinars e oficinas que se concentrariam em tópicos solicitados pelos Membros, incluindo, por exemplo, intercâmbios sobre requisitos de infraestrutura.

48. A Chefe de Operações referiu-se ao “apoio bilateral” que estava sendo fornecido aos Países-Membros e observou que isso seria expandido de tal forma que todos os Membros seriam contatados pelo menos uma vez por ano, enquanto aqueles no quartil inferior em termos de qualidade de dados ou cumprimento seriam contatados mensalmente. Ela explicou que, para estes Membros, seriam desenvolvidos e implementados planos de trabalho estruturados para melhorar o desempenho dos relatórios.

49. A Chefe de Operações explicou que a Secretaria desejava adotar uma sugestão feita por um delegado durante as discussões sobre a versão anterior da iniciativa, a saber, a criação de um grupo de trabalho ad hoc que examinaria a possibilidade de procedimentos técnicos, incluindo a possível instalação de interfaces ou aplicações que permitiriam a extração mensal de dados dos sistemas nacionais, mesmo para países que atualmente consolidavam dados apenas a cada seis meses. Ela reconheceu que tais soluções podem não resolver todos os problemas e precisariam ser avaliadas quanto à viabilidade.

50. A Chefe de Operações explicou a importância da compilação e disseminação oportuna de dados em um formato acessível e útil para os Membros e partes interessadas. Ela observou ainda que a Secretaria havia começado a distribuir os preços diários do café aos Membros, além dos assinantes, e que o Relatório do Mercado de Café mensal seria aprimorado para incluir uma análise aprimorada dos dados de importação disponíveis, esclarecendo que seriam feitos esforços para apresentar essas informações de maneira mais acessível. No que diz respeito ao Banco Mundial de Dados Estatísticos sobre o Café, a Chefe de Operações também observou que o acesso seria melhorado através do desenvolvimento de menus mais claros, reconhecendo que poderia ser complexo para os usuários que não trabalhavam com bancos de dados diariamente. Por fim, ela delineou planos para desenvolver um painel no site da OIC com uma sincronização apropriada, para que os assinantes e Membros continuassem a ter acesso prioritário aos dados mais recentes.

51. A Chefe de Operações então abordou a capacidade interna da Secretaria e informou que todas as atividades estatísticas seriam realizadas pela equipe da OIC. Ela observou que o número de funcionários em tempo integral que trabalhavam com estatísticas havia aumentado de dois para 3,6, incluindo o recém-nomeado Economista-Chefe, que já havia começado a se envolver com estatísticas. Ela também observou que o orçamento para estatísticas havia sido aumentado para cobrir equipamentos, software e serviços estatísticos adicionais, desenvolvimento de interfaces e organização de oficinas estatísticas, e explicou que essas atividades exigiam alocações orçamentárias mais altas, que estavam refletidas na proposta de orçamento a ser apresentada aos Membros.

52. Por fim, a Chefe de Operações afirmou que a Secretaria fortaleceria o monitoramento interno para melhor orientar as ações destinadas a melhorar a capacidade e o nível de

cumprimento. Ressaltou que tal monitoramento poderia ser solicitado por qualquer Membro a qualquer momento.

53. O Presidente agradeceu à Chefe de Operações e à Secretaria e abriu a palavra para comentários e perguntas.

54. O delegado do Brasil agradeceu ao Presidente e à Secretaria pelas explicações dadas e começou propondo várias emendas textuais ao documento [JC-20/25](#). O delegado do Brasil sugeriu que, como feito para os documentos anteriores, referências explícitas aos parágrafos relevantes do Artigo 34 do AIC 2007 e aos TdR do CC fossem incluídas nos dois primeiros parágrafos. Especificamente, o delegado do Brasil propôs a inserção das frases “*De acordo com o **parágrafo 4º do Artigo 34 do AIC de 2007***” e “*De acordo com o **parágrafo 2º do Termos de Referência do Comitê Conjunto***” para esclarecer as fontes citadas.

55. Após solicitar que o documento fosse exibido na tela, o delegado do Brasil se referiu ao parágrafo 4º, propondo a exclusão da frase “*Embora nenhuma das iniciativas propostas tenha recebido aprovação total*”. O delegado do Brasil explicou que, na visão da delegação brasileira, a frase não refletia com precisão os resultados ou a dinâmica das discussões realizadas, uma vez que certas propostas não haviam sido aceitas de forma alguma. Ele explicou que a exclusão era considerada apropriada pela delegação do Brasil, a fim de evitar possíveis interpretações errôneas ou sugestões de que tinha havido concordância parcial com as propostas. O delegado do Brasil acrescentou que a supressão não comprometeria a clareza do parágrafo ou o objetivo principal do ponto em questão, a saber, a expressão do apoio de alguns Membros à priorização de ações para aprimorar e atualizar os serviços estatísticos prestados pela Organização.

56. O delegado do Brasil então se referiu à última frase do parágrafo 6 na página 2, que afirmava: “*Os comentários serão disponibilizados a todos os Membros por e-mail e guardados na pasta do SharePoint relevante*”. O delegado do Brasil explicou que sua delegação tinha uma observação não relacionada ao texto em si, mas sim ao princípio que ele continha. Ele reiterou as posições expressas anteriormente em relação aos procedimentos para a apresentação e circulação de documentos, informações e comunicações em organizações intergovernamentais, acrescentando que a delegação do Brasil considerava essencial que as observações, comentários e informações fornecidas pelos Membros fossem circulados através de documentos oficiais da OIC e publicados como documentos de trabalho disponíveis em todos os quatro idiomas. O delegado do Brasil indicou que a maneira pela qual as informações são divulgadas entre os Membros era igualmente importante e que, para o Brasil, a distribuição por meio de documentos oficiais e documentos de trabalho continuava sendo um meio eficaz de garantir transparência, acessibilidade, permanência, facilidade de referência e ações de igualdade de tratamento em todos os idiomas oficiais dos Membros. Ele acrescentou que o registro das posições dos Membros por meio de

documentos de trabalho permitiria a referência futura e a tomada de decisões informadas pela cadeia do café.

57. O delegado do Brasil explicou ainda que plataformas eletrônicas como o SharePoint eram frequentemente restritas a usuários registrados e não estavam disponíveis de forma consistente, acrescentando que não eram consideradas um repositório eficiente para posições e comentários.

58. Para garantir a igualdade de tratamento de todos os Membros, o delegado do Brasil propôs que a frase acima mencionada fosse substituída por: *“As observações, informações e comentários fornecidos pelos Membros serão distribuídos por meio de documentos oficiais da Organização e publicados em todas as quatro línguas oficiais.”*

59. A Secretaria exibiu a revisão proposta na tela para a análise de todos os delegados. O delegado do Brasil confirmou que a redação refletia com precisão as sugestões de sua delegação.

60. O delegado do Brasil agradeceu à Secretaria por fornecer informações detalhadas sobre a prestação de serviços estatísticos pela Organização no documento [JC-20/25](#), em seguida, solicitou esclarecimentos adicionais:

- (a) Em primeiro lugar, referindo-se à primeira e segunda ações propostas – as oficinas regionais sobre estatísticas e criação de “comunidades de prática” com base nos resultados das reuniões realizadas –, o delegado do Brasil mencionou a oficina realizada na Indonésia em 14 de maio de 2025 como parte do evento World of Coffee. O delegado do Brasil observou que, embora quatro meses tivessem se passado desde o evento, nenhum documento ou apresentação descrevendo os resultados havia sido disponibilizado aos Membros. Dado que essa atividade representava a proposta central da Secretaria para abordar o nível baixo de cumprimento e as deficiências na coleta de informações estatísticas, o delegado do Brasil solicitou que a Secretaria informasse os Membros sobre quaisquer resultados, desafios e ações de acompanhamento e perguntou se um documento seria circulado a esse respeito.
- (b) Em segundo lugar, o delegado do Brasil apontou que o documento [JC-20/25](#) não incluía nenhuma referência à automação da coleta de dados estatísticos. Ele pediu à Diretora Executiva ou a um membro da Secretaria que esclarecesse esta omissão no contexto da iniciativa 4 revisada e se a Secretaria havia previsto ou considerado outras medidas possíveis para enfrentar os desafios aludidos pela Chefe de Operações durante a 4ª reunião do CC, a fim de melhorar a qualidade das informações fornecidas pela Organização aos seus Membros.

- (c) Em terceiro lugar, o delegado do Brasil comentou sobre a quarta ação proposta, intitulada “*Estabelecer e melhorar continuamente um mecanismo de monitoramento para avaliar a função estatística básica da OIC*”. O delegado do Brasil afirmou que sua delegação não considerava apropriado que a Organização implementasse um novo sistema de pontuação de cumprimento nesta fase, indicando que qualquer alteração no método de medição poderia levar a possíveis interpretações errôneas dos resultados obtidos. Ele acrescentou que, embora consultas paralelas sobre a satisfação dos Membros e assinantes fossem muito úteis e pudessem gerar sugestões e insights valiosos sobre os serviços prestados, a delegação brasileira não estava preparada para endossar qualquer modificação na abordagem de medição de cumprimento existente e considerou que a Organização deveria concentrar sua atenção e esforços em enfrentar os desafios de melhorar seus serviços.

61. O Presidente agradeceu ao delegado do Brasil e confirmou que o parágrafo 4(i) seria excluído. A mudança foi mostrada na tela e o Presidente convidou a Secretaria a responder.

62. A Chefe de Operações confirmou que o relatório da oficina da Indonésia havia sido finalizado e seria distribuído até o fim da semana. Ela se desculpou pelo atraso, explicando que entraves no processo de tradução haviam causado um pequeno adiamento. Ela também informou aos Membros que o relatório da oficina na Etiópia estava quase completo e aguardava a validação final pela Organização Interafricana do Café, com a qual a OIC havia organizado conjuntamente o evento.

63. O Coordenador de Estatística respondeu à pergunta referente à automação. Ele explicou que a Secretaria havia iniciado discussões bilaterais com os Membros para explorar o intercâmbio automatizado de dados por meio de interfaces de programação de aplicativos (APIs). No entanto, ele observou que a infraestrutura para essas integrações variava muito entre os Membros. Ele informou ao CC que a OIC estava atualmente conduzindo um projeto piloto com o Instituto do Café da Costa Rica (ICAFE) para permitir uma sincronização em tempo real ininterrupta entre o banco de dados da ICAFE e o sistema da OIC. Ele afirmou que a integração deveria ser concluída dentro de uma ou duas semanas e serviria de modelo para a expansão para outros países, uma vez que o processo tivesse sido testado e verificado.

64. A Chefe de Operações acrescentou que a Secretaria não poderia expandir tais medidas a todos os Membros até que um grupo de trabalho temporário ad-hoc sobre automação tivesse sido estabelecido para discutir todas as implicações, incluindo os aspectos legais, conforme proposto por um delegado em uma reunião anterior. Ela esclareceu que a automação não poderia ser implementada apenas porque funcionava para um Membro e explicou que havia

procedimentos e custos a serem analisados e que, portanto, um grupo de trabalho técnico e ad-hoc estava justificado.

65. O delegado do Brasil agradeceu à Secretaria pelos esclarecimentos e, em resposta às observações feitas, sugeriu que a Secretaria encaminhasse informações aos Membros sobre as ações que estavam sendo realizadas pela Organização a esse respeito. Ele referiu-se à sugestão contida no documento que exigiria reuniões “praticamente semanais” com os Países-Membros (pelo menos uma por ano para cada Membro exportador) e afirmou que seria benéfico para todos os interessados, tanto importadores como exportadores, se a Organização informasse os Membros e relatasse os resultados dessas reuniões.

66. A delegada de El Salvador agradeceu ao Presidente, bem como à Secretaria, pelo trabalho realizado para preparar o documento e por ouvir os vários comentários e preferências expressos pelos Membros durante as recentes reuniões. Ela afirmou que El Salvador considerou a iniciativa como um primeiro passo importante para a construção do banco de dados estatísticos proposta para orientar os Membros sobre como fornecer seus dados à Organização. A delegada de El Salvador apreciou a ênfase colocada no aumento do engajamento com as seções estatísticas de cada País-Membro, a fim de aumentar o nível de cumprimento das obrigações estatísticas básicas, particularmente à luz da tendência de queda no cumprimento observada em 2025 em comparação com 2024. A delegada de El Salvador concluiu afirmando que seu país estava ansioso para participar da próxima oficina em Honduras.

67. Sem mais comentários dos participantes, o Presidente observou que havia um consenso entre os Membros para aprovar a proposta incorporando as alterações introduzidas pelo Brasil. Ele agradeceu ao delegado do Brasil e confirmou que a versão revisada seria distribuída como documento [JC-20/25 Rev. 1](#) e enviada ao Conselho para aprovação.

#### **Item 6: Status de implementação do Plano de Ação Quinquenal**

68. O Presidente apresentou o item da ordem do dia e lembrou aos Membros que este era um relatório há muito aguardado. Ele convidou a Chefe de Operações a apresentar o documento [JC-14/25](#).

69. A Chefe de Operações explicou que o documento relatava o Plano de Ação Quinquenal e o status de seu progresso desde a sua aprovação pelo CIC em 2017. Ela observou que o documento havia sido submetido ao CC porque novas questões e iniciativas haviam sido propostas, acrescentando que seria impossível examiná-las sem informações contextuais sobre o status do Plano de Ação Quinquenal. Ela afirmou que era muito importante observar que havia indicadores-chave de desempenho (ICDs) e ações prioritárias claras no Plano original centrados em torno dos três objetivos estratégicos relacionados às estatísticas, ao papel de convocação da OIC e aos projetos e promoção.

70. A Chefe de Operações observou que os ICDs haviam sido relatados pela última vez em setembro de 2018 e haviam sido posteriormente descontinuados, principalmente devido à pandemia de COVID-19. Dada a falta de monitoramento desde então, ela explicou que haviam sido feitos esforços para reconstruir as informações com base nos 16 ICDs utilizados em 2018, que não englobavam todos os ICDs originalmente indicados no Plano. A Chefe de Operações afirmou ainda que havia sido preparada uma tabela narrativa que descrevia as atividades nomeadas no âmbito das ações prioritárias do Plano de Ação Quinquenal.

71. A Chefe de Operações afirmou que era importante observar que o progresso no Plano de Ação Quinquenal era normalmente submetido ao CIC para que dele se "tome nota". Ela explicou que o relatório de progresso havia sido previamente aprovado pelo CIC sem o envolvimento dos comitês e concluiu indicando a disposição da Secretaria de analisar os ICDs, embora observando que os delegados poderiam preferir uma discussão em vez de uma apresentação sobre eles.

72. O Presidente deu a palavra para comentários.

73. O delegado do Brasil parabenizou a Secretaria por preparar, pela primeira vez desde setembro de 2018, um relatório atualizado sobre a implementação em andamento do Plano de Ação Quinquenal, que havia sido aprovado pelo CIC oito anos antes, no âmbito do documento [ICC-120-11](#). Ele lembrou que as condições e o contexto que levaram à adoção da [Resolução 457](#) em setembro de 2015 – que determinou a criação de um grupo de trabalho para definir melhor as prioridades de longo prazo da Organização e de seus Membros e fornecer orientação adequada à Secretaria – haviam mudado significativamente desde então. O delegado do Brasil acrescentou que uma das principais conclusões desse grupo de trabalho, presidido pelo embaixador Aly Touré e que culminou com a aprovação do Plano de Ação Quinquenal, foi que a principal prioridade da Organização deveria ser dar maior ênfase aos seus serviços estatísticos. Ele explicou que as estatísticas haviam sido consideradas a contribuição mais essencial e impactante da Organização e que estava “consagrado” desde 2015 que a Organização deveria ter a capacidade de coletar, sistematizar e disseminar estatísticas confiáveis sobre a produção e o comércio de café. Nesse contexto, o delegado do Brasil observou que era lamentável que, quase 10 anos depois, os Membros ainda estivessem discutindo como implementar a entrega de análise de dados e informações estatísticas de classe mundial para a indústria como uma função central da Organização.

74. O delegado do Brasil observou ainda que o relatório não informou aos Membros sobre os investimentos feitos em direção a esse objetivo estratégico. Ele também lembrou que, nos últimos anos, as alocações orçamentárias e os níveis de pessoal propostos para funções estatísticas não haviam refletido a importância desse objetivo, apesar das repetidas indicações de vários Membros, incluindo a delegação brasileira. O delegado do Brasil também indicou que, em alguns ciclos orçamentários, os recursos propostos pela Secretaria para esse objetivo

estratégico haviam equivalido, na realidade, a um desinvestimento, o que significava que a alocação sugerida havia sido inferior à receita que o serviço havia gerado para a Organização.

75. O delegado do Brasil afirmou que essa situação demonstrava uma insuficiência contínua por parte da Organização para desempenhar uma de suas principais funções e entregar os resultados esperados por seus Membros, em particular pelo setor privado.

76. Voltando a pontos específicos do relatório, o delegado do Brasil se referiu à seção que abordava a colaboração com institutos de pesquisa do café, afirmando que sua delegação desejava fazer uma emenda ao seguinte parágrafo:

*Em 2022-23, a Universidade de Wageningen esteve envolvida no relatório independente de política da OIC/FTPPC "Desmatamento e degradação florestal nas cadeias de suprimentos de café" sobre o EUDR e o café. Após sua publicação inicial online, os Membros decidiram removê-lo do site da OIC e não divulgá-lo.*

77. O delegado do Brasil lembrou que tinha havido muitas razões para a remoção do "agora infame estudo" do site da OIC e que essas razões deveriam ser claramente declaradas no relatório, no interesse da transparência e da responsabilidade institucional. O delegado do Brasil, portanto, propôs que o trecho fosse alterado da seguinte forma:

*O estudo indicou erroneamente que o cultivo de café é um vetor de desmatamento. Associou erroneamente a produção de café da América Latina ao risco de desmatamento. Não integrou a literatura científica existente e o trabalho realizado por especialistas em países produtores com sólido conhecimento na área. Omitiu sistematicamente as contribuições de instituições dos países produtores e não efetuou adequadamente as consultas com os países exportadores, desconsiderando as características distintas do setor cafeeiro de cada país produtor. Em suma, o documento produzido foi prejudicial às atividades cafeeiras.*

78. O delegado do Brasil concluiu que a inclusão dessa explicação informaria o leitor do motivo pelo qual o documento acima mencionado não havia sido circulado ou distribuído.

79. O Presidente, falando na qualidade de delegado da União Europeia, agradeceu ao delegado do Brasil por sua intervenção, mas indicou que ele tinha algumas ressalvas. Ele reconheceu que, embora os comentários pudessem ser inseridos como preocupações do Brasil, poderia não ser possível apresentar o texto proposto como comentários da Organização ou dos Membros, porque esse não havia sido o caso. O delegado da União Europeia explicou que não estava defendendo as conclusões ou alguns dos aspectos do estudo e observou que era um trabalho independente que não refletia os pontos de vista da Organização ou de seus Membros.

Ele reconheceu que havia sido tomada a decisão de remover o estudo do site, mas explicou que o texto sugerido só poderia ser incluído como comentários do Brasil.

80. O delegado do Brasil agradeceu ao Presidente e afirmou que o documento havia sido excluído por consenso pelas razões acima mencionadas. Ele acrescentou que, se a União Europeia fosse contra a inclusão do texto proposto, a delegação do Brasil apreciaria se ele pudesse ser inserido junto com uma explicação começando com "*A delegação do Brasil lembrou [aos Membros] as razões que levaram à eliminação deste documento...*".

81. A Diretora Executiva agradeceu a delegação do Brasil pelo feedback e solicitou gentilmente que enviassem o texto por escrito à Secretaria.

82. O delegado do Brasil esclareceu que o parágrafo proposto já havia sido disponibilizado no chat da reunião.

83. O Presidente observou que ainda tinha ressalvas sobre a nova redação. Ele explicou que parecia implicar que tinha havido um consenso ou um acordo sobre as razões para a remoção do documento quando, na realidade, alguns Membros, começando pelo Brasil e possivelmente outros, haviam considerado esses pontos e, como a OIC opera por consenso, todos os Membros haviam concordado que o texto deveria então ser removido. No entanto, ele ressaltou que isso não significava que esses pontos haviam sido o motivo real da remoção, observando que isso era um pouco diferente.

84. O delegado do Brasil agradeceu ao Presidente e afirmou que, se a primeira parte da frase não fosse aceitável, sua delegação estaria disposta a alterar a redação para destacar que o Brasil e muitos outros países produtores haviam indicado os motivos de sua oposição, o que era factual.

85. O Presidente verificou se o delegado do Brasil havia entendido seu ponto e ressaltou que não estava defendendo o estudo, mas sim destacando uma questão de nuance.

86. O delegado do Brasil confirmou que havia entendido e afirmou que, na visão de sua delegação, o estudo refletia a "posição lamentável" da Organização como um dos poucos organismos de commodities que "critica seus próprios produtores", algo não visto em outras organizações de commodities. O delegado do Brasil acrescentou que o estudo foi um exemplo "infame" de como uma organização de commodities não deveria proceder.

87. O Presidente confirmou que o CC havia tomado nota dos comentários do delegado do Brasil e acrescentou que a próxima sessão do CIC também proporcionaria uma oportunidade para expor seus pontos.

88. A delegada de El Salvador agradeceu à Secretaria pela apresentação do relatório e reconheceu o progresso significativo alcançado na implementação dos 16 ICDs do Plano. Em

particular, ela destacou a gratidão de sua delegação pelo apoio prestado aos países da América Central por meio do Fundo Especial da OIC e da colaboração conjunta com a PROMECAFE, que haviam permitido o desenvolvimento de ações para fortalecer o consumo doméstico de café. A delegada de El Salvador também enfatizou a importância de fortalecer o compromisso dos Estados-Membros em melhorar o fornecimento de dados. Sobre o tema da cooperação e no contexto do novo exercício de planejamento, ela instou a Organização a considerar a identificação de uma fonte de financiamento para regiões como a América Central, a fim de fortalecer os sistemas estatísticos, promover a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias e implementar ações para aumentar a resiliência do setor cafeeiro.

89. O Presidente agradeceu à delegada de El Salvador por sua contribuição e, não vendo mais pedidos de uso da palavra, agradeceu à Secretaria e afirmou que o CC havia tomado nota do relatório e que ele seria apresentado ao Conselho.

**Item 7: Outras atualizações e outros assuntos**

90. O Presidente convidou os delegados a apresentarem outros pontos para discussão. Como nenhuma delegação solicitou a palavra, ele indicou que o Comitê poderia passar para o item final da ordem do dia.

**Item 8: Próximos passos e próxima reunião**

91. O Presidente informou aos delegados que a próxima reunião do CC poderia ser realizada mais tarde no ano, após a próxima sessão do CIC em Honduras.

92. A Chefe de Operações confirmou que não havia necessidade de realizar uma reunião do CC em Honduras e convidou os países a participar da oficina estatística. Ela acrescentou que a Secretaria prepararia e distribuiria aos Membros um relatório mensal sobre as atividades e resultados estatísticos.

93. O delegado da Costa do Marfim agradeceu ao Presidente e felicitou-o pela forma como havia conduzido a reunião.

94. O Presidente agradeceu ao delegado da Costa do Marfim e depois anunciou que, infelizmente, ele não poderia participar da sessão do Conselho em Honduras. Ele afirmou que, portanto, o Vice-Presidente ou a Secretaria apresentaria o relatório do CC ao Conselho em seu nome. O Presidente expressou o seu apreço à Secretaria e a todos os Membros pelo seu trabalho, acrescentando que havia sido uma honra e um prazer presidir o CC e que estava ansioso para trabalhar também em outros comitês.

95. A Diretora Executiva agradeceu ao Presidente por sua liderança do CC e disse que todos os esforços seriam feitos para apresentar o relatório em seu nome em Honduras. Ela lamentou que o Presidente não pudesse comparecer, observando que entendia perfeitamente os motivos.

96. O delegado de Honduras lamentou que o Presidente não viajaria para Honduras. Ele destacou que uma viagem fantástica havia sido planejada, incluindo visitas a fazendas de café, praias e marcos culturais maias, mas observou que entendia que nem sempre era possível participar. O delegado de Honduras agradeceu ao Presidente por sua cooperação, destacando particularmente sua prudência e abertura na moderação das discussões e parabenizando-o pelo trabalho de alto nível e dedicado que havia feito na OIC.

97. A Oficial de Secretaria e Relações Externas aproveitou a oportunidade para lembrar todas as delegações a apresentarem as suas credenciais para a 140ª Sessão do Conselho em San Pedro Sula até 22 de setembro de 2025. Ela acrescentou que quaisquer delegações que precisassem de assistência ou apoio, incluindo aquelas que precisam de vistos ou isenções de visto, deveriam entrar em contato com a Secretaria.

98. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou formalmente encerrada a 5ª Reunião do Comitê Conjunto da Organização Internacional do Café.